



O LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO-TRABALHISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(res)

Cristiano De Oliveira
Tiago Alves Pessoa
Manuel Everaldo Da Silva
Jeferson Sousa Oliveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Trabalhadores incapacitados enfrentam o limbo previdenciário-trabalhista, sem salário ou benefício após alta médica.

Nessa situação, decorrente da decisão do empregador, questiona-se sua responsabilidade pelo pagamento das obrigações contratuais do período denominado "limbo-jurídico previdenciário.

A perícia médica federal possui presunção de legalidade, e o ônus de desconstituí-la cabe ao empregador. Nesse sentido, se o empregador impede o retorno do empregado e buscar a anulação do ato pericial, atrai para si a responsabilidade pelo pagamento do salário.

No entanto, não há consenso jurisprudencial, e a análise do caso concreto é crucial ante a complexidade do tema o que demanda regulamentação mais precisa.

Objetivo

Objetiva-se analisar a problemática do limbo jurídico previdenciário, situação em que trabalhadores afastados por incapacidade laboral enfrentam a impossibilidade de retomar suas atividades profissionais após receberem alta médica, não recebendo nem salários nem benefícios previdenciários.

Material e Métodos

A fim de alcançar os objetivos propostos nesta investigação, torna-se fundamental a realização de uma revisão bibliográfica abrangente, focada na literatura nacional. Isso proporcionará uma compreensão sólida das teorias e conceitos existentes no campo jurídico brasileiro.

Além disso, é crucial analisar minuciosamente diversos dispositivos normativos do país, a fim de identificar e examinar as nuances que permeiam a legislação vigente. Compreender tais especificidades é primordial para



embasar adequadamente o estudo em questão.

A abordagem metodológica escolhida para a construção deste trabalho é o método dedutivo. Essa escolha se justifica pela necessidade de analisar casos particulares a partir de princípios e teorias gerais, possibilitando, assim, a formulação de hipóteses e a dedução de conclusões relevantes para a pesquisa.

Resultados e Discussão

A partir da análise realizada, identifica-se que a hipossuficiência do trabalhador frente ao empregador, o lança em uma situação de impossibilidade de enfrentamento da decisão desse com relação à negativa de retorno ao trabalho, a legislação trabalhista deve, portanto, socorrer o hipossuficiente dessa realidade, e não o faz.

O quadro agrava-se, sobremaneira, quando o INSS, valendo-se, da presunção de legalidade do ato administrativo manifesto sob a forma de Perícia Médica, o segurado, não tem como enfrentar o conjunto dessas decisões, empregador e INSS, mergulhando nesse limbo jurídico sem paridade de armas e relegado ao completo abandono.

Conclusão

Conclui-se que o limbo jurídico previdenciário apresenta desafios para trabalhadores e empregadores, evidenciando a necessidade de uma legislação específica e abrangente para enfrentar essa problemática. Embora o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) possa trazer um grau de segurança jurídica, somente uma atuação efetiva do legislador proporcionará uma solução mais definitiva e justa para todas as partes envolvidas. Assim, é crucial que o tema seja tratado com a devida urgência,

Referências

FONSECA, Vitor. Processo civil e direitos humanos. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2018.

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme. Incidente de resolução de demandas repetitivas: decisão de questão idêntica x precedente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MENDANHA, Marcos. Limbo previdenciário trabalhista. Leme: JH Mizuno, 2020.

MONNERAT, Fabio Victor da Fonte. Súmula e precedentes qualificados: técnicas de formação e aplicação. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PARDO, Fabiano de Oliveira. Limbo jurídico previdenciário-trabalhista no auxílio-doença. São Paulo: LTr, 2018.